



AGÊNCIA GOV

Ação é resultado do aprofundamento das investigações

PF deflagra operação contra fraudes no interior baiano

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Polícia Federal (PF) realizam a Operação Severus, segunda fase da Operação Pacto Infame, destinada ao aprofundamento de investigação sobre possível esquema criminoso envolvendo contratações públicas no município de Gongogi (BA). Estão sendo cumpridos 33 mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), nos municípios baianos de Gongogi, Itabuna, Ilhéus, Dário Meira, Ipiaú, Ibicaraí, Valença e Eunápolis, com a participação de oitenta policiais federais e oito auditores da CGU. A investigação apura a possível atuação de organização criminosa estruturada no âmbito da administração municipal, com participação de agentes públicos e particulares, voltada, em tese, à prática de fraudes em procedimentos licitatórios.

Ação integrada da Receita Federal no Ceará

Uma carga de aproximadamente 700 kg de skunk foi localizada durante uma operação conjunta da Receita Federal e da Polícia Civil do Ceará. A ação ocorreu na última quinta-feira (13), após equipes identificarem o transporte de uma mercadoria vinda de Manaus (AM). A droga estava escondida em material declarado como reciclável. Três homens foram presos durante a ocorrência. O caso segue sob investigação. A ação teve apoio de equipes de fiscalização durante todo o transporte.

AGÊNCIA BRASIL



A ação teve apoio de equipes de fiscalização

Censo mostra queda em atraso escolar

O Nordeste reduziu significativamente a distorção idade-série nos últimos dois anos, conforme mostra a segunda etapa do Censo Escolar 2025. Nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), o percentual de estudantes com dois ou mais anos de atraso caiu de 26,4%, em 2023, para 21,4%, em 2025. No Ensino Médio, o índice passou de 28,5% para 22,5% no mesmo período. Apesar do avanço, mais de 562 mil estudantes do Ensino Fundamental na região ainda estão dois ou mais anos atrasados em relação à série adequada.

Bahia pela Paz promove atividade geral

O Programa Bahia pela Paz realizou, na última semana, uma atividade com mais de 40 participantes em Santo Antônio de Jesus. O encontro reuniu órgãos e entidades para discutir segurança pública, educação, saúde e assistência social. Os grupos apontaram desafios do município e propostas de atuação conjunta. A ação integra as atividades do Coletivo Bahia pela Paz na região e aproxima serviços locais.

Feira

A Feira do Empreendedor 2026 reuniu mais de 7 mil pessoas no primeiro dia, em São Luís. A programação ocorreu no Multicenter Negócios e Eventos e abordou finanças, tecnologia, sustentabilidade, turismo e agro-negócio. O público também teve acesso a palestras, orientações para negócios, demonstrações de robótica.

Recorde

O Piauí deve colher 6,82 milhões de toneladas de grãos em 2026, segundo dados preliminares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O volume representa alta de 20% sobre 2025 e supera o recorde de 2023. Soja e milho respondem por mais de 92% da produção. O resultado é atribuído ao aumento da produtividade e às condições climáticas.

Empregos

Pernambuco teve 334 mil pessoas sem trabalho no segundo trimestre de 2026, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O número era de 436 mil no mesmo período de 2025. A taxa passou de 10,37% para 8,33%, uma redução de 2,04 pontos percentuais.

Eleições

Alagoas teve 275 pedidos de registro para a disputa de 2026, segundo dados do DivulgaCand-Contas, da Justiça Eleitoral. São 4 concorrentes ao governo e 4 à vice. Para o Senado Federal, foram 7 nomes, além de 7 primeiros e 7 segundos suplentes. Também há 108 registros para deputado federal e 138 para deputado estadual.

Ação da polícia

Um sargento da Polícia Militar foi morto em Parnaíba, no Piauí. O crime ocorreu no fim de semana e mobilizou equipes de segurança. Segundo a Band, o suspeito de cometer o homicídio se apresentou às autoridades 2 dias depois. A investigação deve apurar as circunstâncias da ocorrência e a participação do homem no caso.

Sorte!

Alagoas registrou 23 apostas premiadas com quatro acertos no concurso 3045. Os jogos foram feitos em 8 municípios e renderam R\$ 25.604,19 no total. Maceió teve 15 bilhetes contemplados, enquanto Delmiro Gouveia somou 2. Arapiraca, Feira Grande, Flexeiras, Maragogi, Palmeira dos Índios e Satuba tiveram 1 ganhador cada.



MPPB ajuíza ação contra descontos feitos pelo município de Patos

MP contesta descontos de salários em cidade da Paraíba

Órgão aponta falta de autorização e pede devolução aos servidores

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) ajuizou uma ação civil pública contra o Município de Patos para suspender descontos de 1,5% feitos na folha de pagamento de servidores públicos e sobre pagamentos a fornecedores, prestadores de serviços e executores de obras. Segundo o órgão, a cobrança é destinada ao Programa de Atenção à Primeira Infância sem autorização individual.

A ação, de nº 0808914-44.2026.8.15.0251, foi proposta pelo promotor de Justiça Caio Terceiro Neto e tramita na 4ª Vara Mista de Patos. O processo teve origem em denúncia encaminhada à Ouvidoria do MPPB. Segundo a apuração, os descontos são feitos desde aproximadamente 2022. A medida alcança 3.005 servidores contratados, com lançamento automático no contracheque pelo código 427.

O MPPB sustenta que a cobrança não é facultativa. De acordo com a ação, o desconto é aplicado automaticamente pela Administração e só deixa de ocorrer quando o servidor apresenta requerimento para interrompê-lo. O órgão também questiona a competência do município.

A ação aponta que o artigo 16 da Lei Municipal nº

5.542/2021 estabelece contribuição de 1,5% sobre pagamentos feitos pelo Município de Patos. Para o Ministério Público, a regra não seria suficiente para validar a cobrança diante das limitações constitucionais. O órgão também questiona o registro dos valores arrecadados como receita extraorçamentária e afirma que a forma de contabilização gera dúvidas sobre transparência e controle dos recursos.

Na ação, o Ministério Público pede tutela provisória de urgência para interromper descontos, retenções ou consignações baseados no artigo 16 da Lei Municipal nº 5.542/2021. O pedido abrange servidores efetivos, contratados e comissionados, além de fornecedores, prestadores de serviços e executores de obras. O órgão solicita multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento.

No julgamento do mérito, o MPPB pede a confirmação da medida e o reconhecimento incidental da inconstitucionalidade do artigo 16, na parte que institui a contribuição. Também requer que o Município de Patos seja condenado a ressarcir os valores descontados e o pagamento de R\$ 1 milhão por dano moral coletivo.